



ISH Tech S.A.

CNPJ: 42.496.531/0001-67
www.ri.ish.com.brDemonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025

1/6

Balancos patrimoniais					
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	316	14	59.430	77.397
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	5	1
Contas a receber	5	-	-	246.588	201.051
Estoques	6	-	-	18	719
Impostos a recuperar	7	-	408	20.851	18.308
Ativo de contratos	8	-	-	5.394	6.812
Outros Ativos	10	467	-	8.883	12.108
Partes Relacionadas	9	1.195	36.490	-	-
Dividendos a receber	11	-	-	105	-
Total do ativo circulante		1.978	37.017	340.965	314.196
Contas a receber	5	-	-	102.624	124.207
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	498	3.653
Operações com derivativos	29	-	-	1.174	-
Partes Relacionadas	9	-	27.739	-	-
Tributos diferidos	27	-	-	18.216	12.150
Outros ativos	10	-	-	2.724	-
Total do realizável a longo prazo		-	-	125.397	142.724
Investimentos	11	173.102	183.749	-	-
Imobilizado	12	-	-	13.720	16.521
Ativo de direito de Uso	13	-	-	3.792	5.094
Intangível	14	-	-	45.270	42.279
Total do ativo não circulante		173.102	183.749	62.782	63.894
Total do ativo		175.080	251.712	529.138	520.824

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivos					
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedores	15	44	1	101.148	91.322
Empréstimos e financiamentos	16	174.138	215.745	230.477	241.333
Obrigações tributárias	17	78	349	15.614	15.368
Imposto de renda e contribuição social	27	-	-	231	47
Obrigações trabalhistas	18	1	16	19.840	27.833
Parcelamentos de tributos	19	-	-	5.927	4.091
Passivo de arrendamento	13	-	-	2.785	2.107
Operações com derivativos	29	-	-	381	-
Passivo de contratos	8	-	-	46.722	32.348
Dividendos a pagar e JCP	21.d	-	76	-	76
Outros passivos		-	-	2.130	1.474
Total do passivo circulante		174.261	216.187	425.295	418.151
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	41.128	7.421
Parcelamentos de tributos	19	-	-	11.415	9.340
Passivo de arrendamento	13	-	-	1.675	3.572
Operações com derivativos	29	-	-	-	397
Fornecedores	15	-	-	20.400	12.038
Obrigações tributárias	17	-	-	2.349	3.398
Passivo de contratos	8	-	-	26.117	32.375
Total do passivo não circulante		-	-	103.084	69.148
Capital social	21.a	12.522	12.448	12.522	12.448
Reservas de lucros (Prejuízos acumulados)	21.b	(11.437)	23.326	(11.437)	23.326
Ajustes de avaliação patrimonial	21.c	(266)	(247)	(266)	(247)
Total do patrimônio líquido		819	35.525	819	35.525
Total do passivo e patrimônio líquido		175.080	251.712	529.138	520.824

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Receita líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	22	-	-	446.822	487.425
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	-	-	(334.475)	(343.053)
Lucro bruto		-	-	112.347	144.342
Despesas administrativas	24	(1.272)	(1.297)	(86.924)	(88.019)
Despesas de vendas	24	-	-	(18.170)	(18.097)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	1.195	1.297	5.119	6.885
Resultado da equivalência patrimonial	11	(7.010)	(7.890)	(99.975)	(97.431)
Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado financeiro		(7.087)	(7.890)	12.372	46.911
Despesas financeiras	26	(40.452)	(26.477)	(85.099)	(62.863)
Receitas financeiras	26	12.776	8.900	30.138	19.006
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(27.676)	(17.568)	(54.981)	(42.957)
Corrente	27	-	-	1.760	(3.916)
Diferido	27	-	-	6.089	284
Imposto de renda e contribuição social		-	-	7.826	(6.332)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(34.763)	322	(34.763)	322
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações		(0,379)	0,004	(0,379)	0,004

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(34.763)	322	(34.763)	322
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado		-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	(19)	(897)	(19)	(897)	(897)
Resultado abrangente total do exercício		(34.782)	(575)	(34.782)	(575)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Saldo em 1º de janeiro de 2024	Nota	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Total
		Legal	Investimentos		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		11.221	2.116	20.964	642
Lucro líquido do exercício		-	-	-	322
Hedge de fluxo de caixa	(19)	-	-	(897)	(897)
Total resultado abrangente do período		-	-	(897)	(575)
Aumento de capital com dividendos		1.225	-	-	1.225
Reserva legal		-	16	-	16
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(76)
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas		-	-	8	8
Prejuízo do exercício		-	-	230	(230)
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		1.225	16	230	1.157
Saldo em 31 de dezembro de 2024		12.446	2.132	21.194	35.525
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(34.763)
Hedge de fluxo de caixa	(19)	-	-	(897)	(897)
Total resultado abrangente do período		-	-	(897)	(34.763)
Aumento de capital com dividendos		76	-	-	76
Transferências para absorção de prejuízo		-	(2.132)	(21.194)	(23.326)
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		76	(2.132)	(21.194)	76
Saldo em 31 de dezembro de 2025		12.522	-	-	819

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do fluxo de caixa					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(34.763)	322	(34.763)	322
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o fluxo de caixa:		-	-	-	-
Depreciações e amortizações		-	-	19.977	16.377
Resultado da equivalência patrimonial		7.010	(17.890)	-	-
Provisão para perda de créditos		-	-	1.288	135
Juros sobre passivo de arrendamento		-	-	404	612
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e mútuos		33.686	21.190	44.154	38.364
Variações no resultado não realizado de derivativos a valor justo por meio do resultado		-	-	(1.342)	1.825
Despesa/receita de imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(6.066)	(284)
Efeito líquido da baixa de ativo imobilizado		5.933	3.622	23.715	57.414
Variações do ativo		-	-	83	83
Contas a receber		-	-	(25.442)	(50.399)
Estoques		-	-	701	(494)
Impostos a recuperar		408	463	(3.592)	(3.592)
Outros ativos		(466)	624	4.490	6.892
Operações do passivo		43	(23)	18.198	38.295
Fornecedores		(271)	321	(824)	3.796
Obrigações tributárias		-	-	357	(3.841)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(7.993)	8.872
Obrigações trabalhistas		(15)	3	3.905	2.895
Parcelamentos de tributos		-	-	17.291	34.593
Outros passivos		5.632	5.210	7.995	94.231
Fluxo de caixa (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais		(35.293)	(24.341)	(46.580)	(39.240)
Fluxo de caixa (consumido nas) gerado pelas atividades de investimento		(29.661)	(19.131)	(27.444)	(54.156)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		-	-	(173)	(223)
Títulos e valores mobiliários		3.207	5.431	3.153	34.367
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		3.620	12.229	(16.789)	(21.889)
Dividendos recebidos		63.138	(59.524)	-	-
Partes relacionadas		-	-	(40.000)	-
Aumento de capital em investida		-	-	-	-
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de financiamento		69.963	(81.864)	(13.615)	12.478
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		-	-	-	-
Captações de empréstimos e financiamentos		180.000	220.000	333.103	240.367
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(220.000)	(130.000)	(307.820)	(308.753)
Amortização do passivo de arrendamento		-	-	(2.191)	(1.888)
Dividendos e jcp pagos		-	(5.500)	-	(5.500)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		(40.000)	84.500	23.092	(75.774)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		302	(16.495)	(17.967)	(9.140)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		14	16.509	77.397	86.537
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		316	14	59.430	77.397
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		302	(16.495)	(17.967)	(9.140)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas		1.195	1.297	512.046	548.299
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	494.595	522.772
Receita relativa à construção de ativos próprios		-	-	15.620	16.977
Outras receitas		1.195	1.297	5.119	6.885
Provisão para perdas esperadas de créditos		-	-	(1.286)	(135)
Insumos adquiridos de terceiros		(140)	(367)	(252.403)	(252.240)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(218.108)	(216.189)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		(140)	(367)	(34.295)	(30.051)
Valor adicionado bruto		1.055	930	259.643	296.059
Depreciações e amortizações		-	-	(19.977)	(16.377)
Valor adicionado líquido		1.055	930	239.666	279.682
Valor adicionado recebido em transferência		5.766	26.799	30.138	19.906
Resultado de equivalência patrimonial		(7.010)	(7.890)	-	-
Receitas financeiras		12.776	8.900	30.138	19.006
Valor adicionado total a distribuir		6.821	27.729	269.804	299.588
Distribuição do valor adicionado		6.821	27.729	269.804	299.588
Pessoal		487	427	142.184	147.706
Remuneração direta		224	427	94.301	111.204
Benefícios		263	-	38.924	27.711
FGTS		-	-	8.959	8.791
Impostos, taxas e contribuições		650	504	61.402	84.270
Federais		650	504	47.404	68.191
Estaduais		-	-	6.554	2.441
Municipais		-	-	13.044	13.638
Remuneração de capitais de terceiros		40.447	26.476	100.981	67.290
Juros		35.190	23.748	94.771	59.256
Aluguéis		-	-	48	726
Outras		5.257	2.730	6.162	7.308
Remuneração de capitais próprios		(34.763)	322	(34.763)	322
Dividendos obrigatórios		-	-	76	76
Lucro (prejuízo) do exercício		(34.763)	246	(34.763)	246

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024(Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Receitas	1.195	1.297	512.046	548.299	
Receita de mercadorias, produtos e serviços	-	-	494.595	522.775	
Receita relativa à construção de ativos próprios das mercadorias	1.195	1.297	5.119	8.872	
Resultado para perdas esperadas de créditos	-	-	(1.286)	(135)	
Descontos concedidos	-	-	-	-	
Descontos recebidos	(140)	(367)	(252.493)	(252.240)	
Receita das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(218.108)	(216.189)	
Receita de serviços, energia, serviço de terceiros e outros	(140)	(367)	(34.295)	(36.051)	
Descontos concedidos	-	-	-	-	
Descontos recebidos	1.055	930	259.643	296.059	
Receitas e amortizações	-	-	(19.977)	(16.377)	
Descontos concedidos	-	-	-	-	
Descontos recebidos	1.055	930	239.665	279.682	
Valor adicionado líquido	1.055	930	239.665	279.682	
Valor adicionado recebido em transferência	5.766	26.799	30.138	19.906	
Resultado de equivalência patrimonial	(7.010)	17.890	-	-	
Receitas financeiras	12.776	8.909	30.138	19.906	
Descontos concedidos	-	-	-	-	
Descontos recebidos	6.821	27.729	269.804	299.588	
Distribuição do valor adicionado	6.821	27.729	269.804	299.588	



ISH Tech S.A.

CNPJ: 42.496.531/0001-67
www.ri.ish.com.brDemonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025

2/6

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(ii) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19)

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

(iii) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

• Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

• Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.

• Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratuais vinculados.

• Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

(iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu novas alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação das IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Principais políticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber

O contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber pelas vendas de mercadorias e prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzida de provisões para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A provisão para perda esperada de créditos do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para perda esperada de créditos pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação a possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. O contas a receber de clientes não futuros representam os valores pelos quais a Companhia e suas controladas já reconheceram a receita, de acordo com sua política de reconhecimento de receita, para serviços profissionais já realizados, mas ainda não faturados, e para os quais a Companhia e suas controladas acreditam ter um direito incondicional de receber caixa.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques de hardware e software são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda das mercadorias ou dos serviços estimados dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda das mercadorias e prestação dos serviços.

d) Imobilizado

Os terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Benefícios em bens de terceiros
Instalações e móveis e utensílios
Máquinas e equipamentos
Equipamentos de informática
Veículos

11 anos
10 anos
11 anos
4 anos
5 anos

O bem do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos intangíveis gerados internamente possuem os seus custos de desenvolvimento capitalizados até o momento da sua conclusão. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas ao valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Softwares desenvolvidos internamente
Softwares e licenças adquiridas
Marcas e patentes

5 anos
3 anos
25 anos

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesas e custos consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas não possuem registrado ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes:

(i) viabilidade técnica para conduzir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de conduzir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para conduzir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

f) Arrendamentos

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Os pagamentos fixos são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento não podem ser imediatamente determinadas. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência de pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reduzido se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

h) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ao pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para o IRPJ e, de 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

k) Imposto de renda e contribuição social diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa assim como para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Em conformidade à ICP 22/IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente

a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

l) Receita de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, independente de sua forma de recebimento. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Hardware	Os clientes obtêm o controle do produto de Hardware quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações. As faturas são emitidas no momento da circulação da mercadoria. Elas devem ser pagas de acordo com o contrato com o cliente.	A receita é reconhecida no momento específico do tempo, quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações.
Softwares	Os clientes obtêm o controle do produto de Software quando as licenças são transferidas para seu direito de uso. As faturas são emitidas após a confirmação do direito de uso.	A receita é reconhecida no momento específico do tempo, quando é disponibilizado o código de acesso atrelado diretamente ao cliente.
Serviços gerenciados (Managed security services)	A Companhia e suas controladas elaboram, mensalmente, relatórios elaborados pela área técnica com os registros de vulnerabilidade ocorridos dentro do ecossistema do cliente, através da plataforma ISH VISION. Para implementar a plataforma faz-se necessário aquisição de Hardwares (HaaS) e Software (SaaS) visando integrar o ecossistema do cliente dentro da plataforma de proteção contra-ataques cibernéticos com a ferramenta operacional do Grupo. O relatório de acompanhamento é entregue ao cliente visando demonstrar o serviço adquirido. As faturas são emitidas conforme acordado em contrato.	Para os componentes de Software (SaaS) a receita é reconhecida no momento específico do tempo, quando é disponibilizado o código de acesso atrelado diretamente ao cliente. Para o serviço atrelado, a receita é reconhecida ao longo do, o estágio de conclusão para mensurar o valor da receita a ser reconhecida, e avaliado com base nos progressos dos serviços prestados através dos acompanhamentos da obrigação desempenho junto ao cliente.
Cyberpass	É um sistema desenvolvido pelo SafeLab, laboratório de projetos da Companhia e suas controladas, que quando instalado, registra as movimentações de Access Point configurados dentro do ecossistema do cliente. As faturas são emitidas conforme acordado em contrato.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme a quantidade Access point instalados no cliente.
Manis	É um sistema desenvolvido pelo SafeLab, laboratório de projetos do Grupo, que visa monitorar na deep e dark web ativos digitais da companhia associados à sua marca. O cliente elenca os ativos a serem monitorados neste ambiente, visando a proteção antecipada de ataques cibernéticos. As faturas são emitidas conforme acordado em contrato.	A receita é reconhecida quando é disponibilizado o código de acesso atrelado diretamente ao cliente.
Terceirização (Outsourcing)	São contratos de prestação de serviço com propósito único, ou seja, terceirização de mão de obra qualificada disponibilizada pela Companhia e suas controladas e gerenciado pelo cliente. As faturas são emitidas conforme acordado em contrato.	A receita é reconhecida no momento específico do tempo conforme a obrigação de desempenho acordado com o cliente.
Serviços profissionais (Professional services)	A Companhia e suas controladas oferecem o serviço especializado na implantação de projetos, sendo segregado em 3 principais fases: planejamento, execução e encerramento dos contratos firmados entre as partes. As faturas são emitidas conforme acordado em contrato.	A receita é reconhecida no momento específico do tempo conforme os serviços são prestados, sendo evidenciados através de relatório de acompanhamento. O estágio de conclusão para mensurar o valor da receita a ser reconhecida é com base em avaliações de progresso do trabalho prestado.
Serviços em nuvem (Cloud services)	A Companhia e suas controladas disponibilizam o ambiente de armazenamento em nuvem em servidor virtual, visando mitigar o risco de vulnerabilidade de dados de cliente armazenados em hardwares físicos. As faturas são emitidas conforme acordado em contrato.	A receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme obrigação de desempenho disponibilizado ao cliente.

m) Ativos de contratos

Estes custos referem-se principalmente a parcela da remuneração de pessoal vinculado à projetos, além de hardware e ou software que têm por principal função a habilitação dos contratos de serviços gerenciados dentro do ecossistema do cliente.

Estes custos são amortizados em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos serviços aos quais se referem. Os montantes com previsão de amortização no prazo de um ano encontram-se registrados em outros ativos no circulante e o saldo remanescente registrado em outros ativos no não circulante, quando aplicável.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado ("DVA")

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade CPC 03 / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com a CPC 09 / NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

o) Segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais que são utilizados para fins de análise e tomada de decisão pelos seus Administradores e Presidente, conforme demonstrado na Nota 28.

2.7. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para perda esperada de crédito.
- Notas 12 e 14 - Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível.
- Nota 13 - Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos;
- Nota 27 - Mensuração de tributos diferidos e estimativa de prazo de realização dos ativos fiscais diferidos.

2.8. Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tomam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.



ISH Tech S.A.

CNPJ: 42.496.531/0001-67
www.ri.ish.com.brDemonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025

4/6

14. Intangível

	Software e licenças adquiridas (i)	Software desenvolvido internamente (ii)	Intangível em andamento (iii)	Marcas e Patentes	Total
Consolidado					
Saldos em 1º janeiro de 2024	1.375	18.660	11.211	34	31.280
Custo					
Adições	-	-	16.977	-	16.977
Transferências	858	27.230	(28.188)	-	-
	958	27.230	(11.211)	-	16.977
Amortização					
Adições	(752)	(5.225)	-	(1)	(5.978)
	(752)	(5.225)	-	(1)	(5.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.881	40.665	-	33	42.579
Custo					
Adições	-	-	13.620	-	13.620
Transferências	(60)	11.284	(11.284)	-	(60)
Baixas	(60)	-	-	-	(60)
	(60)	11.284	2.336	-	13.560
Amortização					
Adições	(806)	(10.007)	-	(1)	(10.814)
Baixas	45	-	-	-	45
	(561)	(10.007)	-	(1)	(10.569)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	960	41.942	2.336	32	45.270

(i) Softwares e licenças adquiridas para o uso dos funcionários tanto nas rotinas administrativas quanto na prestação de serviços a clientes. A amortização de software e licenças adquiridas para uso interno é registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software e licenças adquiridas para prestação de serviços é registrada como custo dos serviços vendidos.

(ii) Software desenvolvido sob um processo de inovação que já está sendo comercializado (Cyberpass e Mantis) e amortizado pelo período de 3 anos, que corresponde à expectativa da Administração em relação aos benefícios econômicos gerados por cada alteração significativa agregada ao intangível. A amortização do Cyberpass e Mantis é registrada como custo dos serviços prestados no resultado.

(iii) Softwares em desenvolvimento cuja viabilidade já foi verificada no mercado para venda futura. Após sua conclusão, os gastos aqui alocados são transferidos para a conta de softwares desenvolvidos internamente.

A atividade da Companhia e de suas controladas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções de cibersegurança para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.

15. Fornecedores

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o esboço do almoxarifado da operação, hardware, software e serviços, além da aplicação direta no investimento e nas atividades operacionais.

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Fornecedores nacionais	44	1
Fornecedores exterior	-	18.886
Fornecedores de licença de direito de uso (i)	-	52.461
Total	44	121.548
	2025	2024
Circulante	44	101.148
Não circulante	-	20.400
	44	121.548

(i) Montante já reconhecido em resultado, que será faturado ao longo do tempo.

16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos foram obtidos, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado, intangível e para capital de giro e são compostos como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Contrato modalidade	Custo da dívida (% a.m.)	Vencimento
Capital de Giro	8,6 % a	2026
Leasing	18,9 % a.a	2026
Crédito direto ao consumidor - CDC	17,9 % a.a	2026
Debtêntes	100,00 % CDI	2026
(+) Custos incorridos	+ 4 % a.a	2026
Total circulante		
	8,6 % a	2029
Capital de Giro	18,9 % a.a	2030
Leasing	18,9 % a.a	2030
Crédito direto ao consumidor - CDC	17,9 % a.a	2027
(+) Custos incorridos	-	2029
Total não circulante		
Total		

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2024	128.896	318.016
Novos contratos	220.000	240.367
Amortização (debêntures 1ª emissão)	(130.000)	(308.753)
Juros pagos	(24.341)	(39.240)
Juros apropriados	23.756	37.042
Valor justo	-	(3.398)
Custos incorridos	(2.586)	(139)
Variação cambial	4.957	4.957
Saldos em 31 de dezembro de 2024	218.745	248.754
Novos contratos	180.000	333.103
Amortização (debêntures 2ª emissão)	(220.000)	(307.820)
Juros pagos	(35.293)	(46.589)
Juros apropriados	35.185	48.021
Valor justo	-	(300)
Custos incorridos	(1.479)	(2.795)
Variação cambial	-	(772)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	174.138	271.605

Os vencimentos das parcelas são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Ano		
2026	180.254	237.327
2027	-	27.601
Após 2028	-	14.423
Custos incorridos	(6.116)	(7.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	174.138	271.605
Garantias		
Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão de direitos creditórios, penhor de bens móveis, aval dos sócios e garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).		
Debêntures		
As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:		
Classificação da emissão	2ª emissão	
Data da emissão	25 de junho de 2024	
Data final da liquidação	22 de junho de 2029 (liquidação em 2025)	
Quantidade	220.000	
Valor total da emissão	R\$ 220 milhões	

Espécie

Forma	As debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cauteles ou certificados.
Remuneração mensal	Taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) + 3,14% a.a.
Pagamento da remuneração mensal	Mensalmente, a partir de 25 de junho de 2024
Pagamento do principal	48 vezes, a partir de 25 de junho de 2025
Obrigações adicionais - índices	Anual, da razão entre Dívida Líquida e o EBITDA
financieiros (testado todo final e ano):	2,5X
Classificação da emissão	3ª emissão
Data da emissão	22 de dezembro de 2025
Data final da liquidação	22 de dezembro de 2031
Quantidade	180.000
Valor total da emissão	RS 180 milhões
Forma	As debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cauteles ou certificados.

Remuneração mensal
Pagamento da remuneração mensal
Pagamento do principal
Obrigações adicionais - índices
financieiros (testado todo final e ano):
3,0X

Custo de captação de debêntures

Os custos de transações incorridos na emissão das debêntures, ainda não apropriados ao resultado, são registrados no passivo e contabilizado ao resultado pelo método *pro rata temporis*.

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Emissão	Valor incorrido	Valor a apropriar
2ª Emissão	5.132	-
3ª Emissão	-	6.116
Total	5.132	6.116

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Emissão	Valor incorrido	Valor a apropriar
1ª Emissão	2.071	-
2ª Emissão	-	4.837
Total	2.071	4.837

Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

A Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas que na hipótese de não cumprimento estão sujeitas a vencimento antecipado das respectivas operações, sendo os principais:

i) Dívida financeira líquida / EBITDA (Nota 29)

	2025	2024
Dívida líquida/EBITDA	<=3,0	<=2,5

ii) Manutenção da dívida bruta de R\$ 300.000.

Em 31 de dezembro de 2024 as cláusulas restritivas a 2ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 2ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.

Em 22 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou a 3ª emissão das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 as cláusulas restritivas a 3ª emissão das debêntures não foram atendidas e, com isto, os saldos integrais das debêntures foram classificados para o passivo circulante, de acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 28 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 74.



ISH Tech S.A.

CNPJ: 42.496.531/0001-67
www.ri.ish.com.brDemonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025

6/6

Análise de sensibilidade

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas realizaram uma análise de sensibilidade com aumento da taxa de câmbio apurada na data de encerramento do período (R\$/US\$) de 25% e 50%, conforme segue:

Em 31/12/2025 – R\$/US\$: 5,5024

Cenários				
Instrumento	Fator de risco	Saldo	25%	50%
Fornecedores estrangeiros (nota 15)	Alta do USD	16.886	21.108	25.329
Efeito no resultado			(4.222)	(8.443)

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários em instituições aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A qualidade do crédito das instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, o Grupo considera o rating divulgado pelas três principais agências internacionais de rating (S&P, Fitch e Moody's), sendo apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
AAA.br	318	3.217	27.251	17.799
brAAA	-	-	18	1.978
AA+br	-	-	3.129	61.240
AA+br	-	4	6.679	-
MLA-1.br	-	-	-	-
brBB(s)	-	-	1.634	34
AA+(bra)	-	-	99	-
AA-(bra)	-	-	21.123	-
Total	318	3.221	59.931	81.051

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito decorrente de recebíveis, seguradoras, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco em um nível aceitável.

Para a exposição de crédito comercial, decorrente da venda a clientes finais, a área de gestão de risco, de acordo com o nível de delegação em vigor, aprova ou solicita a aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte.

A Companhia e suas controladas atribuem uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado, ratings de crédito externos e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre a posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial.

c) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às suas obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Conforme política interna, contratos instrumentos financeiros de proteção (derivativos) para cobrir as exposições com acompanhamento periódico das flutuações.

Análise de sensibilidade

Com base nos instrumentos financeiros sujeitos a variação do CDI, levantados em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas realizaram uma análise de sensibilidade com o cenário provável para os 12 meses seguintes e a partir destes, simulou variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), conforme segue:

Controladora e Consolidado				
Saldos em 31/12/2025				
Cenários				
Aplicação Financeira	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	
Aplicação renda fixa	5	5	5	
Taxa Sujeta a variação	14,12%	17,85%	21,18%	
Receita Financeira Projetada	44	44	44	
Variação	-	-	-	
Capital de giro	97.158	97.158	97.158	
Taxa Sujeta a variação	14,12%	17,85%	21,18%	
Despesa Financeira Projetada	13.719	17.148	20.578	
Variação	-	(3.429)	(3.430)	
Variação da Resultado Financeiro Projetado	-	(3.429)	(3.430)	

d) Riscos de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, como segue:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2025	Até 1 ano	1-5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores (Nota 15)	174.138	174.138	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	174.182	174.182	-	-
Total	348.320	348.320	-	-
	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2025	Até 1 ano	1-5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores (Nota 15)	121.548	101.148	20.400	-
Passivo de arrendamento (Nota 13)	4.480	2.107	3.572	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	271.605	241.333	7.421	-
Total	397.613	344.588	31.393	-

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. A estrutura de capital da Companhia e suas controladas consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da
ISH Tech S.A.
Vitória – ES

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ISH Tech S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da ISH Tech S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas não faturadas no final do período (Nota Explicativa nº 5)

Principal assunto de auditoria: A receita contempla a comercialização de softwares e prestação de serviços gerenciados de segurança da informação. A controlada da Companhia possui um saldo de R\$ 323.212 (R\$ 313.031 em 2024) que representa valores não faturados, mas para os quais a controlada reconheceu a receita, por se referirem a serviços profissionais já realizados, produtos entregues ou licenças de software já disponibilizadas aos compradores.

O processo de reconhecimento de receitas realizadas e não faturadas ao final do exercício foi considerado como um principal assunto de auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos e à natureza manual no processo.

Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: i) Obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela controlada da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receitas; ii) Avaliação das políticas contábeis aplicadas ao reconhecimento de receitas de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente; iii) Procedimentos substantivos de detalhe avaliando evidências, em base amostral, para a satisfação da obrigação da performance, precisão dos registros, receita reconhecida e não faturada ao final do exercício; e iv) Avaliação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receitas.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de prestação de serviços e vendas de licenças de software ainda não faturadas, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Ativo Intangível decorrente de desenvolvimento de Softwares (Nota Explicativa nº 14)

Principal assunto de auditoria: A Companhia investe valores significativos no desenvolvimento e aperfeiçoamento do software operacional, que envolve inclusive a capitalização de custos internos registrado no ativo intangível, especialmente custos de mão de obra, cujas análises de viabilidade econômica e determinação da vida útil estimada, envolve julgamento significativo por parte da administração. Devido à relevância dos valores de adição e amortização, e do julgamento envolvido na análise do prazo de vida útil estimado e recuperabilidade dos gastos

capitalizados com desenvolvimento, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos critérios utilizados pela Administração na determinação dos custos capitalizados no desenvolvimento e na aquisição de softwares, testes de análise da viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhorias do software operacional, incluindo, quando aplicável, a definição das premissas que suportam as projeções dos fluxos de caixa consideradas nos testes dos valores recuperáveis desses ativos. Avaliamos, também, a razoabilidade das premissas adotadas na determinação da vida útil estimada do software operacional e realizamos o cálculo independente da amortização. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados em relação aos testes dos custos do software operacional, da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhoria, do estudo para determinação da vida útil estimada e do cálculo da amortização, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados na avaliação do software operacional, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	174.138	215.745	271.605	248.754
Passivo de arrendamento (Nota 13)	-	-	4.480	5.678
Operações com derivativos (Nota 29)	-	-	(813)	529
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(316)	(14)	(59.430)	(77.397)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	-	(3.207)	(501)	(3.654)
Dívida líquida	173.822	212.524	215.321	173.911

30 - Eventos Subsequentes

Em 31 de março e 1º de abril de 2026, foram aprovadas reorganizações societárias envolvendo a Companhia e suas controladas, no âmbito de uma reestruturação do grupo econômico. Inicialmente, em 31 de março de 2026, as controladas ISH Tecnologia S.A. e Integrasyss Comércio e Serviços de Informática Ltda. aprovaram operação de cisão parcial, seguida da versão e incorporação das parcelas cindidas pela Cybersecurity Ltda., com base em protocolo e justificação celebrado entre as partes.

Os principais efeitos dessa operação, por entidade, são apresentados a seguir:

ISH Tecnologia S.A. (controlada):

- Aprovação da cisão parcial com transferência de parcela de seu patrimônio para a Cybersecurity Ltda., com base em valores contábeis apurados em balanço levantado em 28 de fevereiro de 2026;

- Redução do capital social de R\$ 119.000 para R\$ 1;
- Redução adicional do patrimônio líquido, sendo a diferença de R\$ 23.412 absorvida pela conta de lucros acumulados.

Integrasyss Comércio e Serviços de Informática Ltda. (controlada):

- Aprovação da cisão parcial com versão de parcela de seu patrimônio para a Cybersecurity Ltda.;
- Redução do capital social de R\$ 840 para R\$ 1;
- A diferença entre o valor da parcela cindida e a redução do capital social, no montante de R\$ 1.818, foi absorvida pela conta de lucros acumulados.

Cybersecurity Ltda. (controlada - empresa receptora):

- Incorporação das parcelas cindidas das sociedades acima;
- Aumento de capital social de aproximadamente R\$ 145.087, mediante integralização com o acervo líquido transferido.

Na sequência, em 1º de abril de 2026, a acionista da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, nova reorganização societária envolvendo a própria ISH Tech S.A., seguida da versão e incorporação da parcela cindida pela Cybersecurity Holding S.A.

No âmbito dessa operação:

ISH Tech S.A. (Companhia):

- Aprovação da cisão parcial, realizada na modalidade "linha", incluindo, dentre outros elementos, a participação societária na Cybersecurity Ltda.;
- A parcela cindida foi avaliada a valor contábil, com valor líquido negativo de R\$ 33.113;
- Redução do capital social no montante de R\$ 1, passando de R\$ 12.522 para R\$ 12.521, sem alteração na quantidade de ações;

Cybersecurity Holding S.A. (empresa receptora):

- Incorporação da parcela cindida da Companhia, incluindo ativos e passivos transferidos, no contexto da reorganização societária do grupo.

A Administração da Companhia avaliou os efeitos dessas operações e concluiu que tais eventos caracterizam-se como eventos subsequentes não ajustáveis às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes, uma vez que foram aprovados e implementados após o encerramento do exercício social.

Anderson Ayres Botzani Ribeiro

CFO/DIR

Fernanda Reinholz Porto

Contador - Responsável Técnico

CRC: ES-017421/O-8

COMERCIAL DN
LTDA:43619731000122

Assinado de forma digital por COMERCIAL DN LTDA:43619731000122
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PJ A1, ou=Videoconferencia,
ou=31904918000199, ou=AC SyngularID Multipla, cn=COMERCIAL DN
LTDA:43619731000122
Motivo: Confirma a precisão e a integridade deste documento
Dados: 2026.04.15 10:15:48 -03'00'